

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG

Termo de Referência 78/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
78/2026	984767-PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG	RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA	13/05/2026 11:02 (v 0.4)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		PRC 31/2026

1. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 17/2026

PRC nº 31/2026

Requisição nº /2026	Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras, Gabinete, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Saúde.

**Responsáveis pela demanda: Sarah Dutra Moraes Ferraz; Sérgio Duarte Benatti; Márcio Vieira Machado; Rogério Junqueira Villela Baptista; Alexandre Carlos Moreira; Hudson Rodrigues de Jesus; Lúcia Lopes Horta; Ana Paula Salvador Pedroni Castro; Poliany da Silva Hipólito; Carlos Odilon de Moraes, Antonio Félix de Oliveira.**

**E-mail:** supadm@leopoldina.mg.gov.br

uai@leopoldina.mg.gov.br

smscomprasleopoldina@gmail.com

secobras@leopoldina.mg.gov.br

urbanos@leopoldina.mg.gov.br

sec.cultura.leopoldina@gmail.com

smel.leopoldina@gmail.com

secertariaeducacaoleopoldina@gmail.com

admsocial.leopoldina@gmail.com

secagricultura@leopoldina.mg.gov.br

gabinete.leopoldina@gmail.com

**Telefones: 0800 555 1172 ramal: 4279**

**0800 555 1172 ramal:4231**

**0800 555 1172 ramal:2400**

**0800 555 1172 ramal:4229**

**0800 555 1172 ramal:4222**

**0800 555 1172 ramal:5552**

**0800 555 1172 ramal:4277**

**0800 555 1172 ramal:4285**

**0800 555 1172 ramal:4292**

**32 – 9 8423-4753**

**32- 9 9142-0385**

## **1 - OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de vasilhames e a recarga de extintores de incêndio, visando atender às demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Leopoldina ao longo do exercício de 2026.

1.2. O Contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.085/22.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. Foi observado nesse processo o princípio da segregação de função.

1.5. A licitação será por itens.

Item	DESCRIÇÃO/	MARCA (SE APLICÁVEL)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PRAZO DO CONTRATO	PRORROGAÇÃO (S/N)
	ESPECIFICAÇÃO					
1	Recarga de Extintor de Incêndio tipo Pó Químico ABC – 6kg CATMAT 600734		SV	53	31/12/2026	N
2	Recarga de Extintor de Incêndio tipo Pó Químico BC – 6kg CATMAT 600733		SV	64	31/12/2026	N
3	Recarga de Extintor de Incêndio tipo Água – 10L - CATMAT 327095		SV	62	31/12/2026	N
4	Recarga de Extintor de Incêndio tipo Pó Químico BC – 8kg CATMAT 239933		SV	01	31/12/2026	N
5	Recarga de Extintor de Incêndio tipo Pó Químico CO2 – 6kg CATMAT 269330		SV	07	31/12/2026	N
6	Recarga de Extintor de Incêndio tipo Pó Químico ABC – 4kg CATMAT 603800		SV	06	31/12/2026	N
7	Vasilhame de Extintor de Incêndio tipo Pó Químico BC – 6kg CATMAT 399427		UN	30	31/12/2026	N
8	Vasilhame de Extintor de Incêndio tipo Pó Químico ABC – 4kg CATMAT 456385		UN	13	31/12/2026	N

## 2. - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se faz necessária, pois a legislação exige que edificações públicas estejam em conformidade com normas de segurança contra incêndio e pânico, conforme a Lei nº 13.425/2017 e as normas da ABNT NBR 12693 (extintores de incêndio) e NBR 9077 (saídas de emergência). O Corpo de Bombeiros de cada estado também estabelece requisitos específicos para a segurança contra incêndio em edificações, incluindo a instalação e manutenção de extintores de incêndio. A falta de conformidade pode resultar em multas ou até interdição do local.

A principal função dos extintores de incêndio é garantir a segurança das pessoas, reduzindo os riscos de ocorrências graves que possam colocar vidas em perigo. Em ambientes como as prefeituras, que concentram grande número de servidores e recebem diariamente diversos cidadãos, a disponibilização de extintores adequados, aliada à sua manutenção periódica, é fundamental. Essa medida assegura que, em situações de emergência, o princípio de incêndio possa ser controlado com rapidez, possibilitando a evacuação segura dos ocupantes e a preservação do patrimônio público. Além da segurança das pessoas, a manutenção de extintores e equipamentos de combate a incêndio também visa proteger o patrimônio público, evitando danos significativos às instalações, documentos e bens municipais. A destruição de arquivos importantes ou de infraestrutura pública pode comprometer serviços essenciais à população.

Portanto, a aquisição e recarga de extintores são essenciais para garantir a segurança de todos os frequentadores e servidores da prefeitura, atender à legislação vigente e proteger o patrimônio público. A prefeitura tem a obrigação de garantir um ambiente seguro e em conformidade com as normas de segurança contra incêndios, minimizando riscos e assegurando a integridade física das pessoas e bens municipais.

## 3. - SOLUÇÃO

**A presente contratação possibilitará a solução da demanda exposta na cláusula anterior, uma vez que a contratação de empresa especializada garantirá que os equipamentos de combate a incêndio estejam em pleno funcionamento, assegurando a integridade física das pessoas e do patrimônio público.**

## 4. - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A futura contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

4.1.1. Aqueles indicados nos arts. 68 da Lei nº 14.133/21.

4.1.2. Para fins de qualificação técnica, para a AQUISIÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES a futura contratada deverá apresentar:

- a. atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneça ou tenha fornecido, a contento, itens de mesma natureza do objeto desta contratação.
- b. A licitante deverá apresentar ainda, certificado do INMETRO para comercialização e manutenção de extintores.

4.1.3. A qualificação Econômico-financeira será demonstrada através da apresentação Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante.

4.1.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.5. Dos requisitos gerais da contratação:

4.1.5.1. Requisitos Legais e Normativos

A empresa contratada deve atender a todas as exigências legais e regulamentares relacionadas à segurança contra incêndio e à comercialização/manutenção de extintores de incêndio. Os principais requisitos legais são:

- a. Conformidade com a NBR

NBR 12962 (Recarga de Extintores de Incêndio): A empresa deve seguir as normas de recarga e manutenção de extintores, conforme as especificações da NBR 12962, que regulamenta os procedimentos e requisitos técnicos para recarga de extintores de incêndio.

NBR 12693 (Extintores de Incêndio): Os extintores adquiridos devem estar em conformidade com a NBR 12693, que estabelece as características e especificações técnicas dos extintores de incêndio.

A empresa deve atender às exigências do Corpo de Bombeiros quanto à instalação, manutenção e recarga de extintores de incêndio.

- b. Requisitos Técnicos

Os extintores adquiridos e recarregados devem estar em conformidade com normas de qualidade e segurança, e a empresa deve seguir os seguintes requisitos técnicos:

- Aquisição de Extintores

Fabricante Autorizado: Os extintores devem ser fornecidos por fabricantes que atendam aos requisitos do INMETRO e estejam em conformidade com a NBR 12693.

Data de Fabricação e Validade: Os extintores adquiridos devem ser novos, com data de fabricação recente e validade dentro do período estabelecido pelas normas.

Selo de Certificação: Os extintores devem possuir selo de conformidade do INMETRO.

- Recarga de Extintores

Serviços de Recarga: A empresa deve fornecer recarga completa dos extintores de incêndio conforme as especificações da NBR 12962, incluindo:

- Verificação do estado físico do extintor (ex: válvula, manômetro, lacre, etc.).
- Substituição de peças e componentes danificados.
- Teste de pressão (quando necessário).
- Garantia de que o extintor recarregado está pronto para o uso imediato.

4.1.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), exceto se inferior ao prazo de garantia oferecido pelo fabricante/proponente.

4.1.6.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.1.6.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.1.6.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.1.6.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.1.6.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.1.6.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.1.6.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.1.6.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.1.6.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.1.6.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.2. Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais. A adoção de práticas sustentáveis na aquisição e recarga de extintores não apenas reduz os impactos ambientais, mas também pode trazer benefícios significativos.

4.3 A recarga de extintores pode envolver o uso de produtos químicos, como o pó químico (geralmente, uma mistura de bicarbonato de sódio e outros compostos) ou o gás CO<sub>2</sub>, que podem ter impactos ambientais negativos se não forem manejados corretamente.

## **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Os contratados deverão fornecer o serviço diretamente às Secretarias Municipais e ao Gabinete constantes neste Termo, localizados no município de Leopoldina/MG, conforme será indicado na Ordem de Fornecimento emitida.**

5.2. O prazo de entrega do serviço é de até 15 (quinze) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, determinado pelo contratante, ou seja, o contratado deverá entregar o quantitativo apresentado na Ordem de Fornecimento de acordo com os pedidos do contratante.

5.3. No ato da entrega, um funcionário do Setor responsável pelo recebimento do produto irá conferir a entrega, dando recibo na Nota Fiscal.

5.3.1 Os produtos deverão ser novos, entregues devidamente, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da Contratada. O Contratante recusará os produtos /serviços que forem entregues/prestados em desconformidade com este Termo de Referência;

5.4. O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis.

5.5. O Contratante recusará os serviços que forem entregues em desconformidade com este Termo de Referência;

5.6. Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.7. A proposta comercial terá validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega;

**5.8. Os produtos/serviços ofertados devem estar em acordo com as especificações do objeto.**

**5.9. A futura contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;**

5.10. A futura contratada deverá providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo gestor e ou fiscal com respeito à execução do objeto;

5.11. A futura contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade dos produtos/serviços entregues, e pela averiguação do prazo de validade, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem qualquer custo adicional para o Município;

5.12. A futura contratada deverá dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato durante toda a sua vigência a pedido do Município;

5.13. A futura contratada deverá executar o contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;

5.14. A futura contratada deverá cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município.



## **6. VIGÊNCIA DO OBJETO**

**6.1. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da data de sua publicação no PNCP, podendo haver prorrogação de acordo com o art. 192 do decreto 5.570/25 e seus incisos.**

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1. Observado o disposto na legislação, a gestão do contrato será realizada pela servidora Marina de Oliveira Lima**

**7.1.1. As atribuições do gestor do contrato são aquelas previstas no art. 20 do Decreto Municipal nº 5.190/23.**

**2. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor Luyan Amâncio Coelho Junqueira**

**7.3. O Fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização;**

**7.4. O fiscal de contrato comunicará à contratada, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;**

**7.5. Compete ao Fiscal desempenhar as atribuições previstas no art. 21 do Decreto Municipal nº 5.190/23.**

**7.6. A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.**

**7.7. O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis;**

7.8. Os produtos deverão ser novos, entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da Contratada. O Contratante recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com este Termo de Referência; *(incluir essa cláusula apenas no caso de compras)*.

7.8. Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

## **8. - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**8.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto adquirido será efetuado pela Tesouraria, em parcela única, conforme nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo;**

**8.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;**

**8.3. O gestor e/ou a Contabilidade, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;**

**8.4. O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;**

**8.5. Os pagamentos ao contratado somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, nas condições estabelecidas, o que será comprovado por meio de atestação em documento correspondente, emitida pelo gestor de contrato do Município;**

**8.6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município pleno, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;**

**8.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.**

## **9 - FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**9.1. O futuro contratado será selecionado através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital do Certame e seus anexos.**

**9.2. Não será permitida a participação de Consórcios. A ausência dos consórcios não importará prejuízo ao certame visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se aplica ao presente caso.**

**9.2.1 Cabe ao administrador público avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame, sempre levando em consideração o interesse público. Voltando-se para a análise da situação no caso em exame o objeto do certame, aquisição de materiais de consumo, não se esbarra nas questões de maior vulto e de maior complexidade técnica, a justificar a necessidade de formação de empresas em consórcio para participação na licitação, de forma a unir esforços para se conseguir somar qualificações econômico-financeiras e qualificações técnicas.**

**9.2.2 Ademais, o consórcio, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriado para consecução de objeto certo e determinado no tempo, a exemplo de obras, diversamente do que ocorre na espécie, onde se busca a contratação de serviços que rotineiramente farão parte das atividades do órgão licitado.**

**9.5 A presente licitação é de participação exclusivas das Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores individuais definidas na referida Lei. Não será admitida nesta licitação a participação das empresas que não se enquadrem como ME ou EPP ou MEI, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, ou que nessa condição estejam incluídas em alguma das excludentes hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei Complementar.**

**9.6 Será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas que preencham os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/21.**

## **10- estimativas do valor da contratação**

### **10.1- Metodologia**

Na forma do art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação é o descrito no documento de pesquisa de preços em anexo, referente à média dos valores obtidos por meio de pesquisa realizada no Portal

Nacional de Contratações Públicas – PNCP e potenciais fornecedores em conformidade com o art.23, §1º da Lei nº14.133/2021.

#### 10.2. Razão da escolha

A escolha se dará com base na média de preços obtida, através de pesquisa no PNCP, Portal da Transparência, Pesquisa de Mercado com Fornecedores Locais e Consulta em sites considerando contratações similares concluídas ou em execução.

#### 10.3. Da data dos orçamentos:

**Os orçamentos foram colhidos antes de decorridos 06 (seis) meses da contratação.**

#### 10.4. Matriz de Risco

**Considerando que a presente contratação se trata de aquisição de bem para pronta entrega e prestação de serviços comuns, os quais, além de comuns, ostentam baixa complexidade e valor, a análise pormenorizada dos riscos revela-se incompatível com a natureza do objeto, razão pela qual dispensa-se a elaboração de matriz de risco, nos termos do art. 22, caput, e § 3º, da Lei nº 14.133/21, e conforme art. 150, § 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 5.180/23. O ônus financeiro decorrente da revisão do valor contratado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, poderá ser suportado pelo CONTRATANTE em caso de elevação extraordinária dos custos, e pelo CONTRATADO em caso de redução, observadas as diretrizes dos arts. 172 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.180/23.**

### 11- Adequação orçamentária

**As dotações orçamentárias que suportarão o custo da aquisição são as seguintes:**

**Ficha 1161 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;**

**Ficha 1158 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;**

**Ficha 998 – Secretaria Municipal de Assistência Social;**

**Ficha 1027 – Secretaria Municipal de Assistência Social;**

**Ficha 1448 – Secretaria Municipal de Assistência Social;**

**Ficha 1067 – Secretaria Municipal de Assistência Social;**

**Ficha 943 – Secretaria Municipal de Assistência Social;**

**Ficha 1049 – Secretaria Municipal de Assistência Social;**

**Ficha 1037 – Secretaria Municipal de Assistência Social;**

**Ficha 1434 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 1434 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 1420 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 591 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 673 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 625 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 1437 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 468 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 1435 – Secretaria Municipal de Saúde;**

**Ficha 761 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;**

**Ficha 137 – Secretaria Municipal de Administração;**

**Ficha 133 – Secretaria Municipal de Administração;**

**Ficha 831 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;**

**Ficha 1325 – Secretaria Municipal de Cultura;**

**Ficha 1308 – Secretaria Municipal de Cultura;**

**Ficha 248 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;**

**Ficha 208 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;**

**Ficha 67 – Gabinete**

**Ficha 1086 – Secretaria Municipal de Obras;**

**Ficha 322 – Secretaria Municipal de Educação;**

**Emmanuel Braga de Souza Oliveira**

**Superintendente de Planejamento de Compras e Licitação**

## **2. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A responsabilidade atestada refere-se única e exclusivamente à transcrição das informações para o sistema digital, permanecendo o conteúdo sob responsabilidade dos servidores autores.

**RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA**

OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS



*Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 11:02:12.*